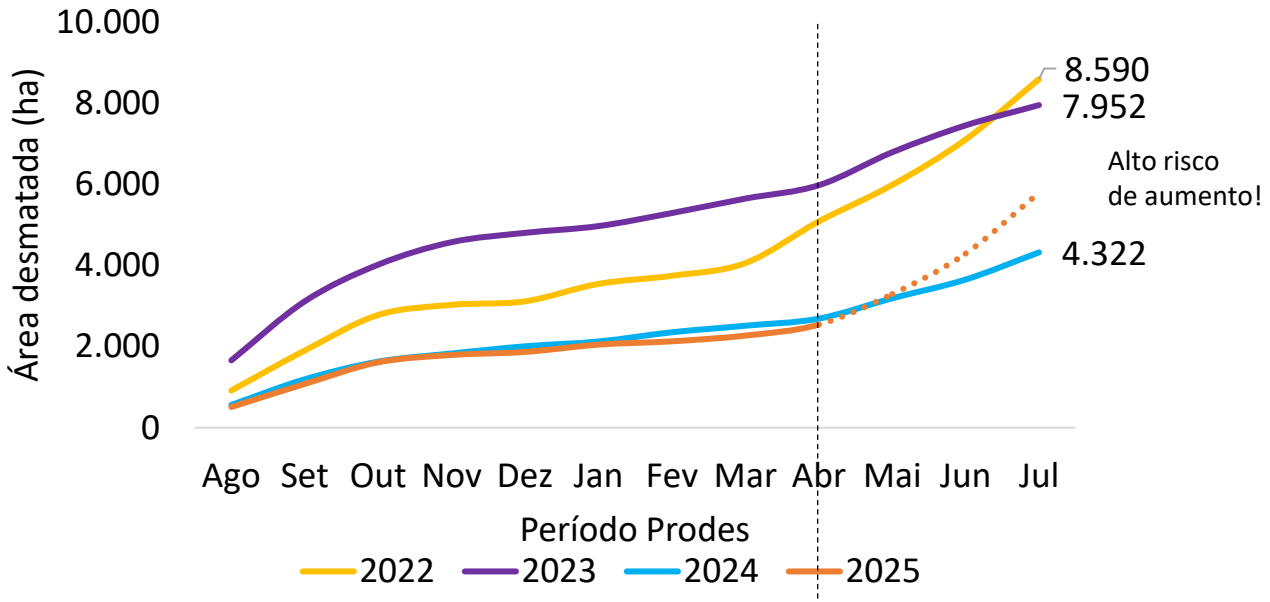
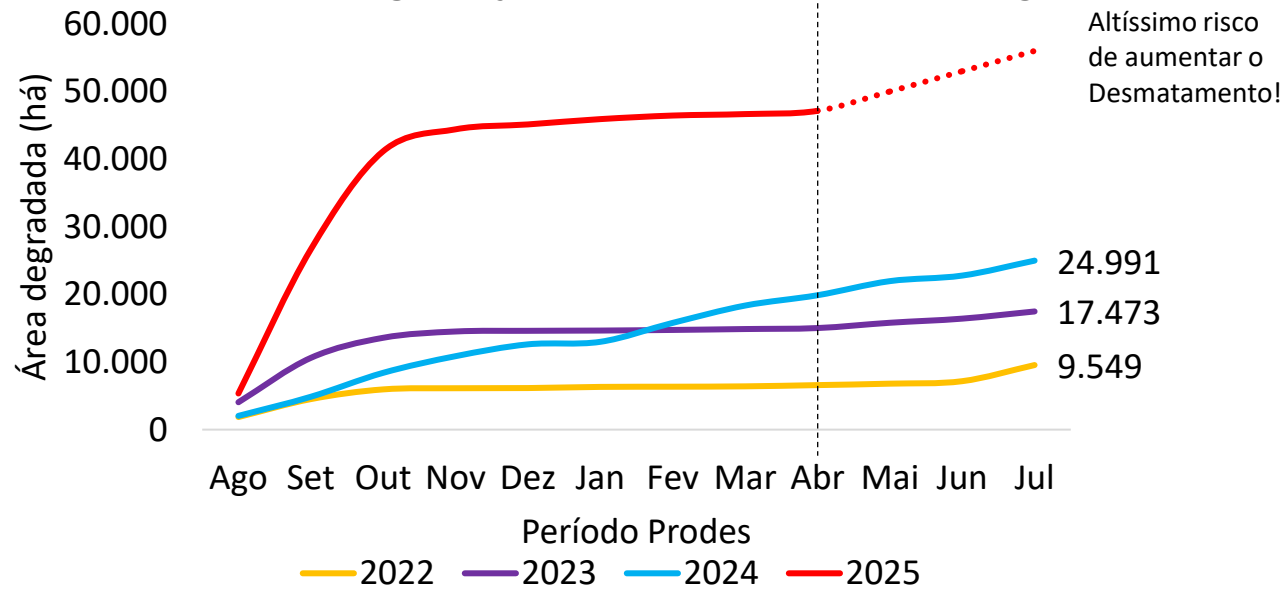
Controle do desmatamento na Amazônia

PPCDAm ADPF 760, ADPF 743

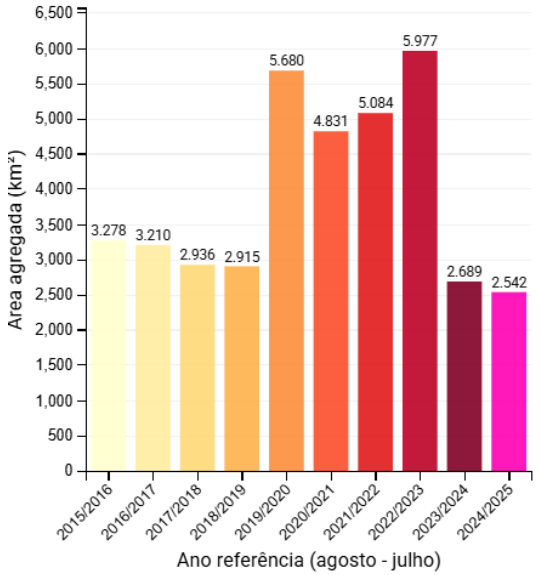
Alertas de **desmatamento** na Amazônia Legal



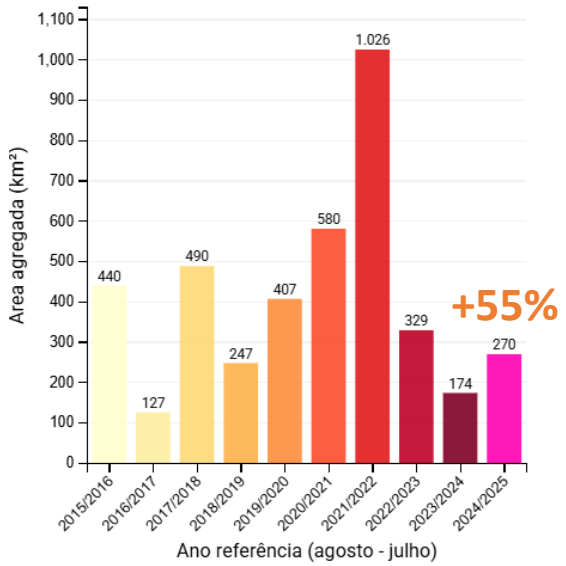
Alertas de **degradação florestal** na Amazônia Legal



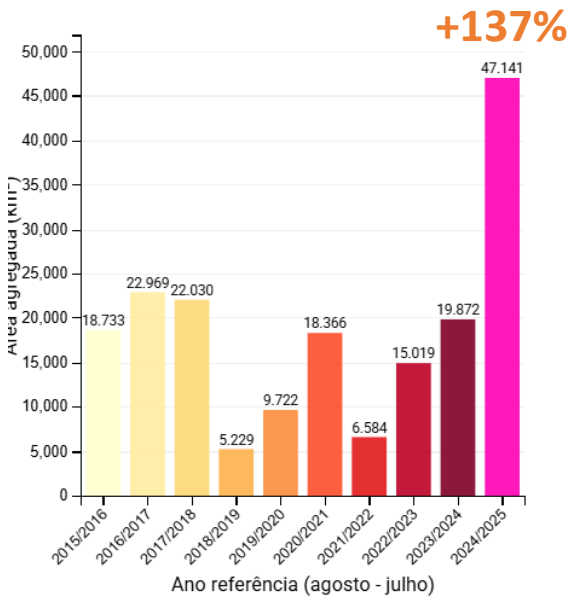
Áreas por anos **Desmatamento|Ago-Abr**



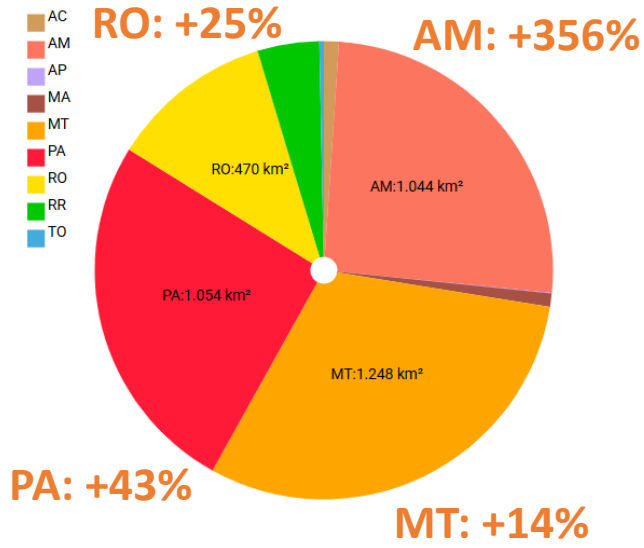
Áreas por anos **Desmatamento|Abr**



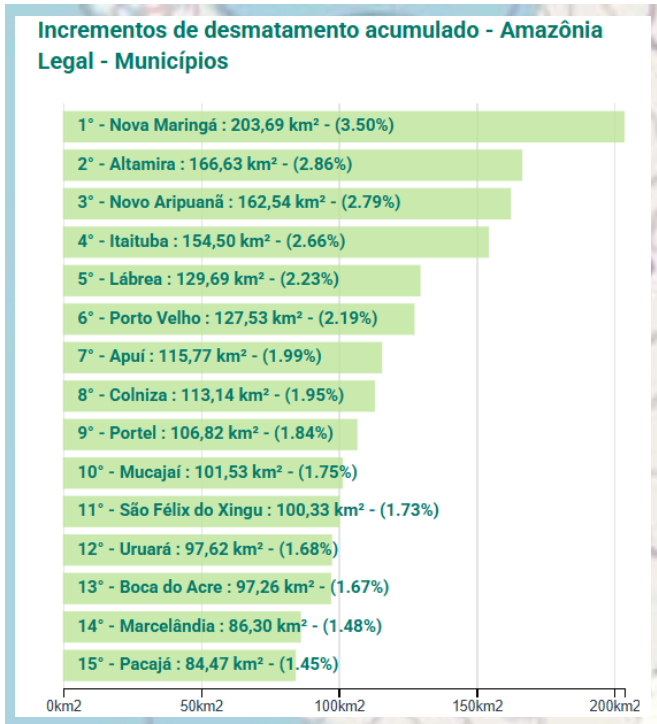
Áreas por anos **Degradação|Ago-Abr**



Áreas por estados **Desmatamento|Abr**



Municípios prioritários (críticos)



Sanções e medidas administrativas estabelecidas em leis

Lei 12.651/2012 (Lei de proteção da vegetação nativa)

Art. 26. A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá do cadastramento do imóvel no CAR, de que trata o art. 29, e de prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama.

Art. 51. O órgão ambiental competente, ao tomar conhecimento do desmatamento em desacordo com o disposto nesta Lei, deverá embargar a obra ou atividade que deu causa ao uso alternativo do solo, como medida administrativa voltada a impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada.

§ 1º O embargo restringe-se aos locais onde efetivamente ocorreu o desmatamento ilegal, não alcançando as atividades de subsistência ou as demais atividades realizadas no imóvel não relacionadas com a infração.

§ 2º O órgão ambiental responsável deverá disponibilizar publicamente as informações sobre o imóvel embargado, inclusive por meio da rede mundial de computadores, resguardados os dados protegidos por legislação específica, caracterizando o exato local da área embargada e informando em que estágio se encontra o respectivo procedimento administrativo.

Sanções e medidas administrativas estabelecidas em leis

Lei 9.605/1998 (Lei de crimes ambientais)

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

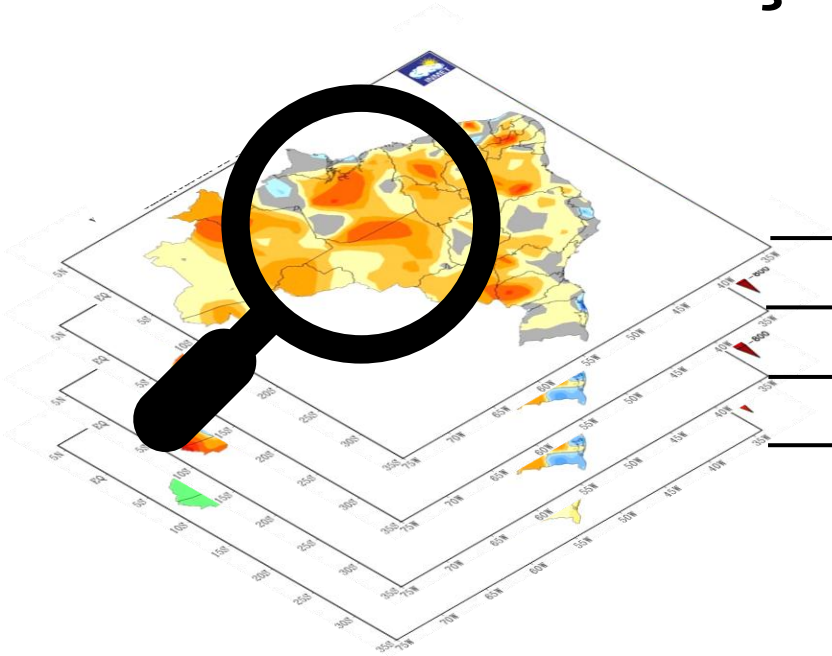
VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

X – (vetado)

XI - restritiva de direitos.

Fiscalização remota do desmatamento



- Desmatamento recentes (Prodes)
- Autorização de desmatamento
- Embargos anteriores
- Municípios prioritários (críticos)

Termo de Embargo → **Edital**

- Embargo remoto por desmatamento ilegal em áreas públicas e privadas.
- Embargos em áreas desmatadas ilegalmente em 2024, em municípios prioritários (críticos) na Amazônia.
- Notificação para não ocupar áreas embargadas (obrigação legal).





DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 22/2025 - DIPRO

Áreas embargadas por desmatamento ilegal

Município	UF	Área embargada (ha)
Feijó – AC	AC	7.878
Sena Madureira – AC	AC	2.406
Rio Branco - AC	AC	3.724
Subtotal	**AC**	**14.008**
Lábrea – AM	AM	6.406
Boca do Acre – AM	AM	1.993
Apuí – AM	AM	367
Manicoré – AM	AM	386
Subtotal	**AM**	**9.152**
Colniza – MT	MT	187
Marcelândia – MT	MT	91
União do Sul – MT	MT	57
Cláudia – MT	MT	16
Subtotal	**MT**	**351**
Mojuí dos Campos – PA	PA	1.845
Placas – PA	PA	2.974
Prainha – PA	pa	3.883
Santarém – PA	PA	377
Uruará – PA	PA	3.737
Altamira – PA	PA	1.628
São Félix do Xingu – PA	PA	2.978
Novo Progresso – PA	PA	2.058
Itaituba – PA	PA	2.957
Portel – PA	PA	4.249
Pacajá – PA	PA	6.821
Subtotal	**PA**	**33.509**
Porto Velho – RO	RO	**13.679**
Subtotal	**RO**	**13.679**
Total		**70.699**

Exemplo – desmatamento ilegal

IMAGEM ANTES 25/07/2021 (PLANETSCOPE - 227C)

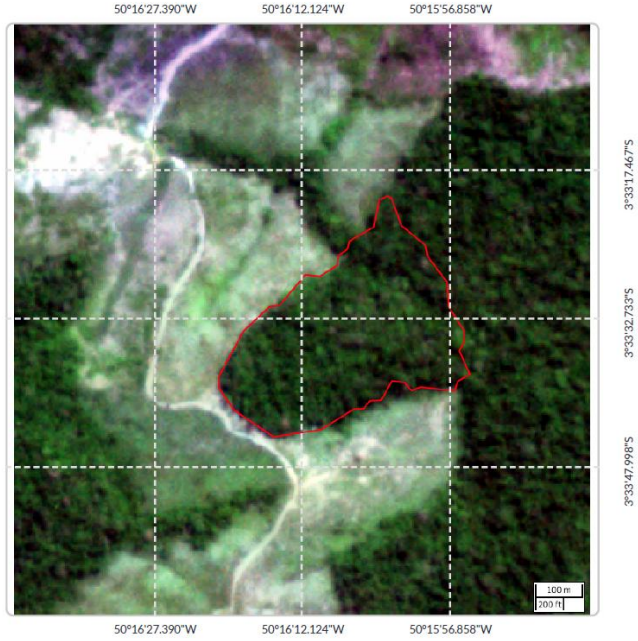
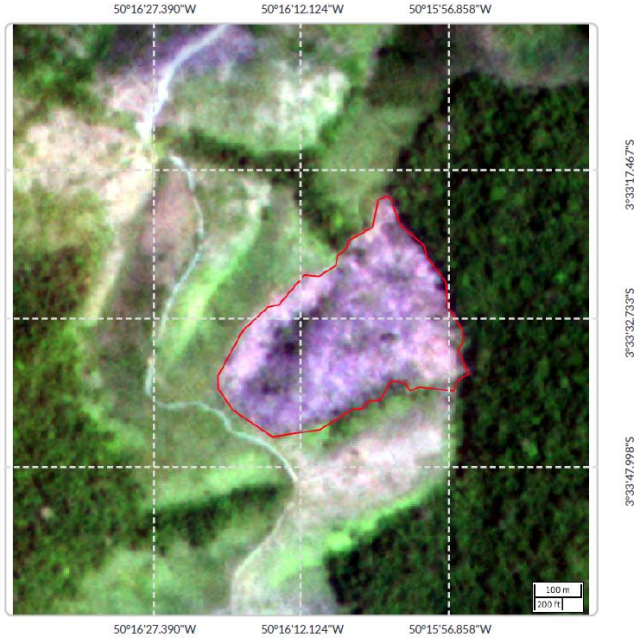
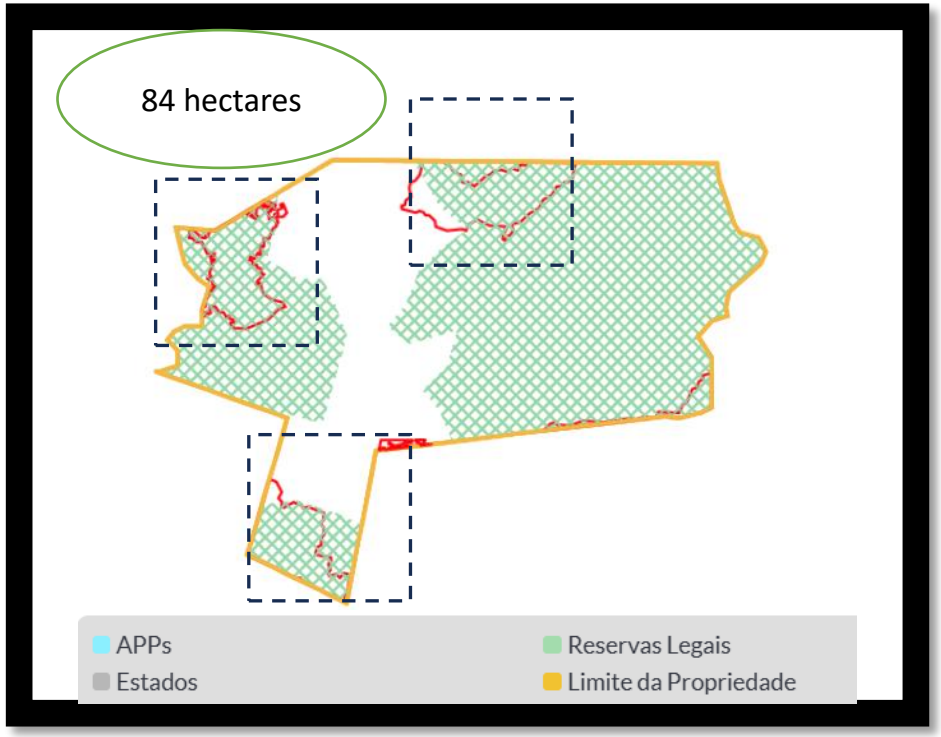
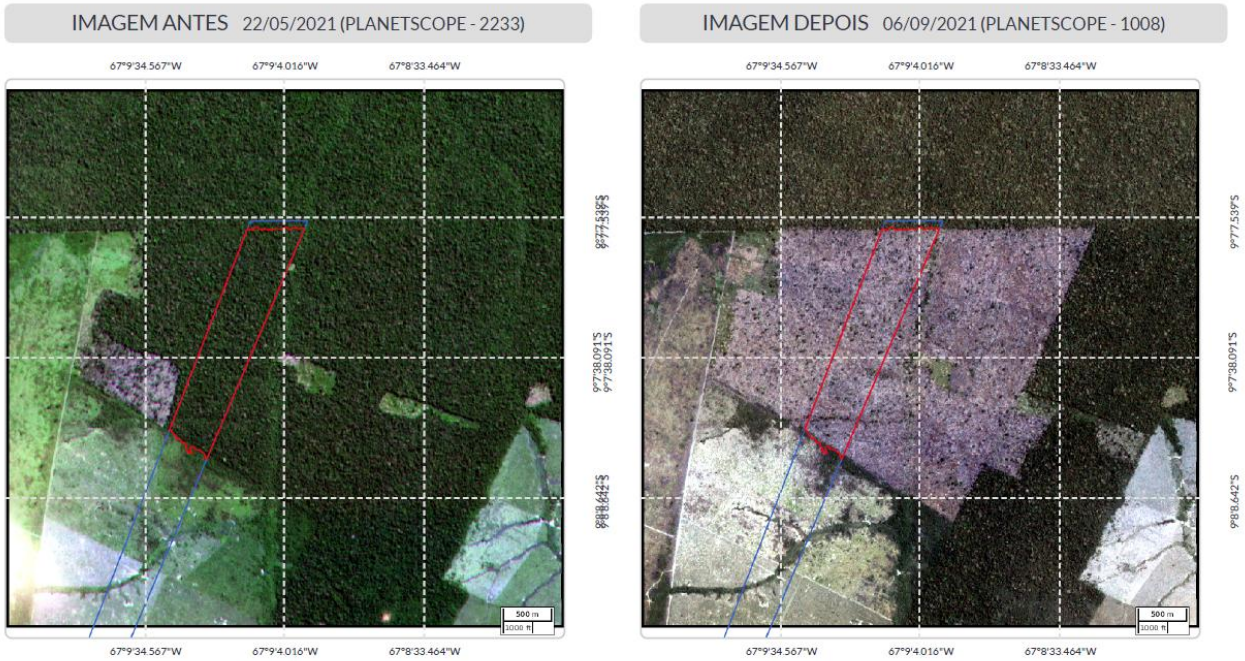


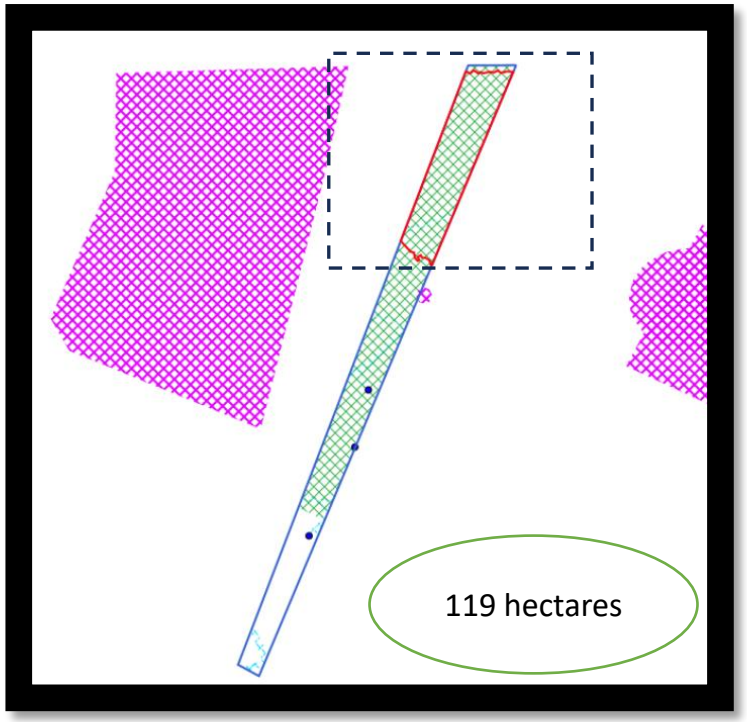
IMAGEM DEPOIS 19/10/2021 (PLANETSCOPE - 2423)





Exemplo – desmatamento ilegal





Exemplo – desmatamento ilegal

IMAGEM ANTES 17/02/2022 (PLANETSCOPE - 2473)

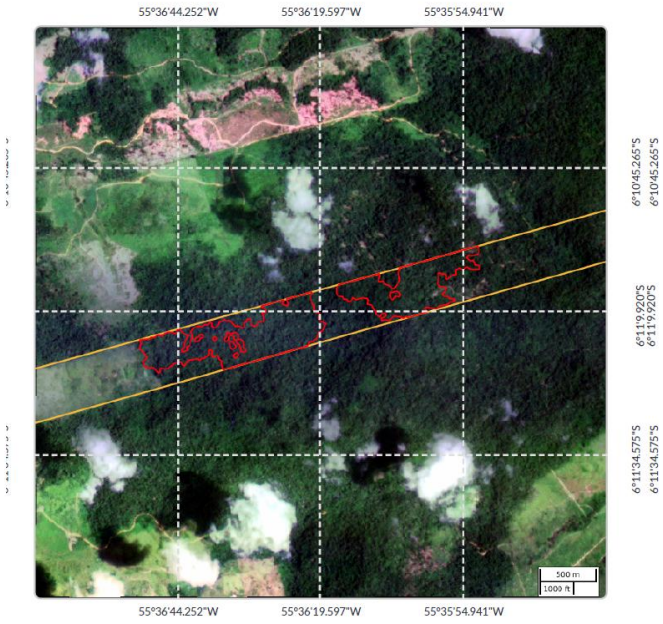
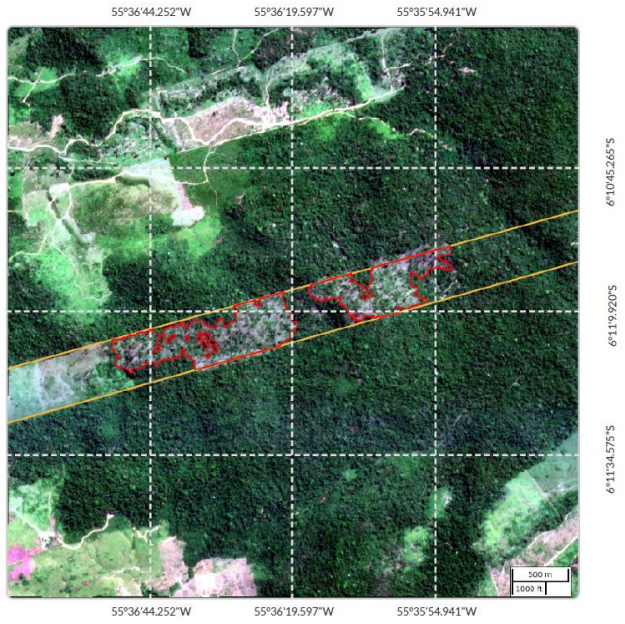
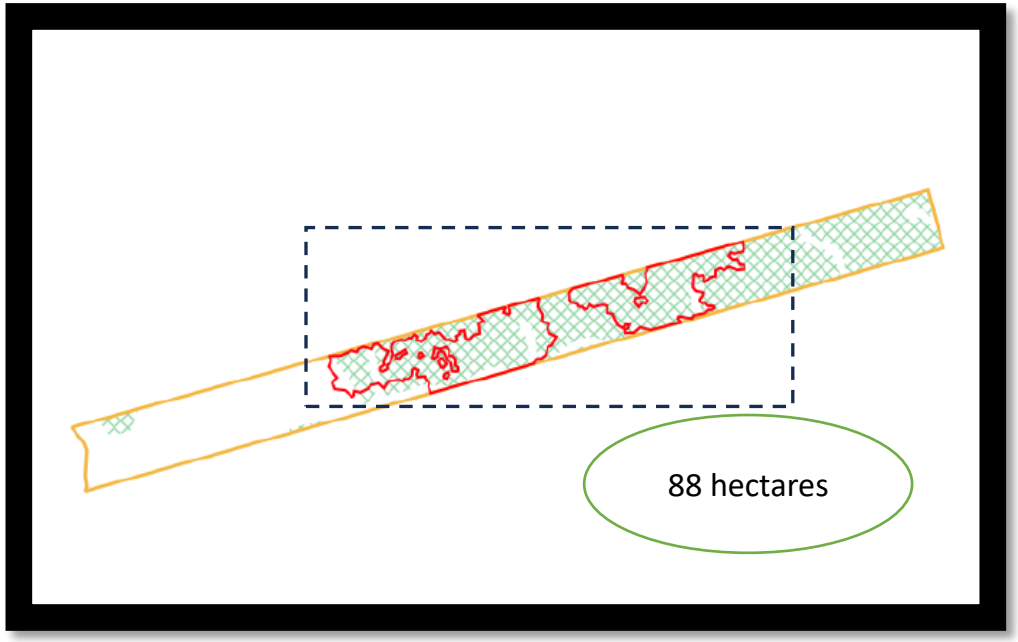
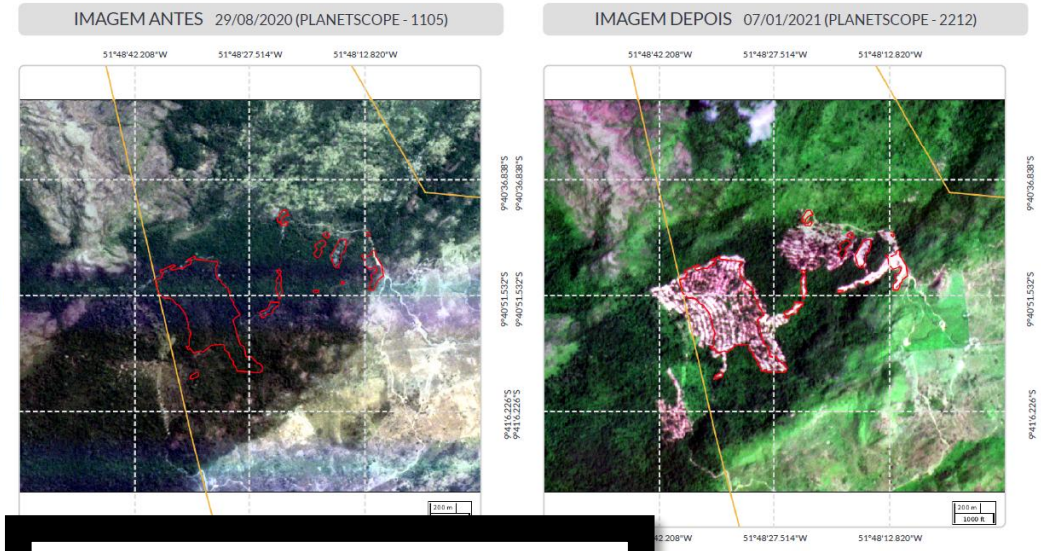


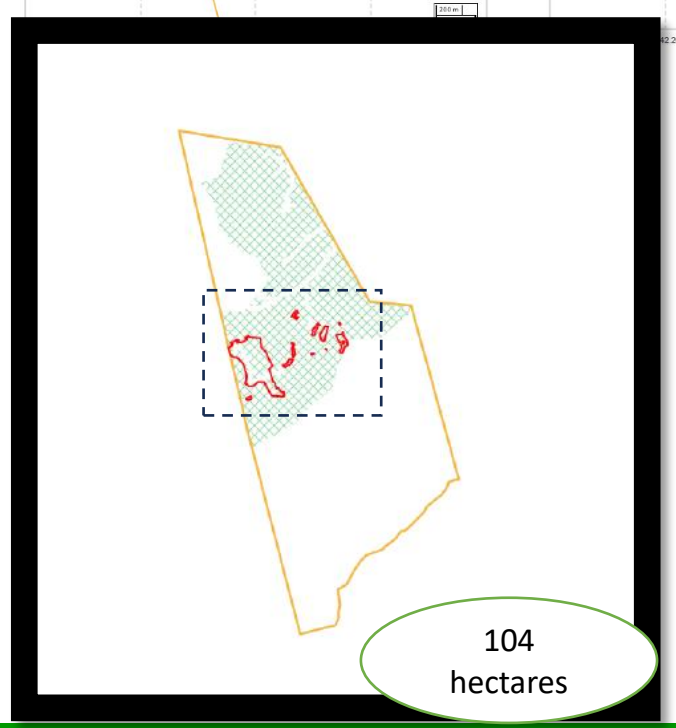
IMAGEM DEPOIS 31/05/2022 (PLANETSCOPE - 249A)

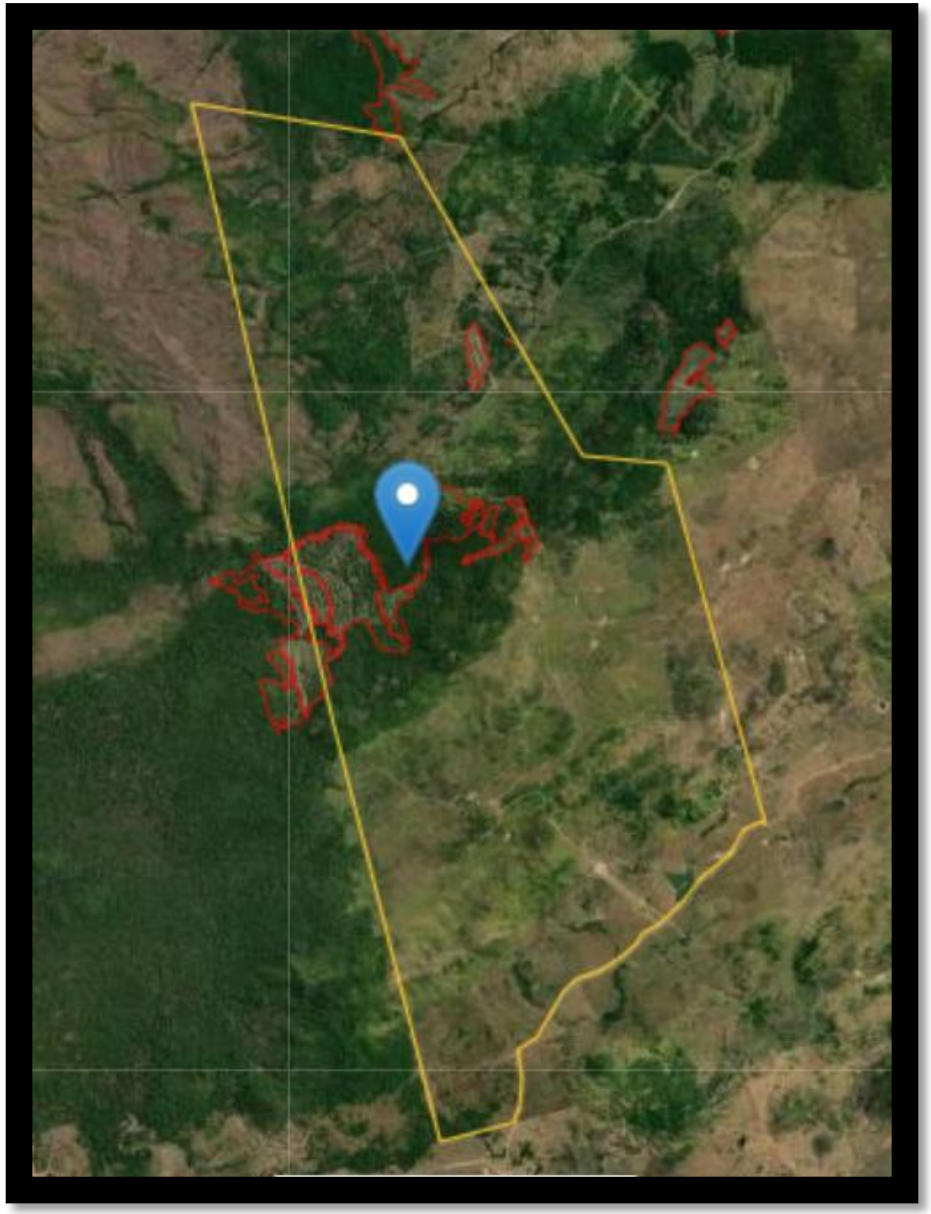




Exemplo – desmatamento ilegal



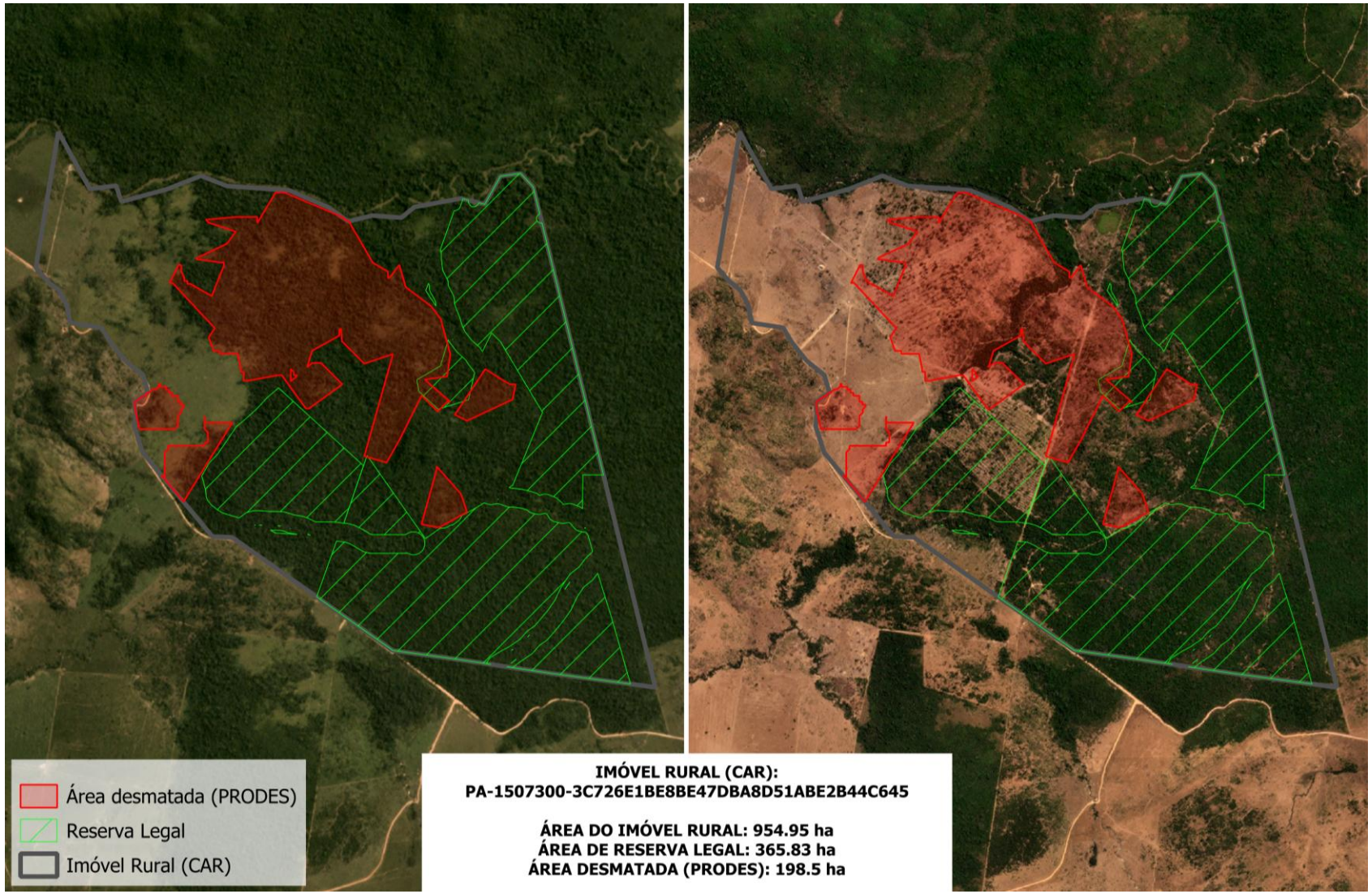




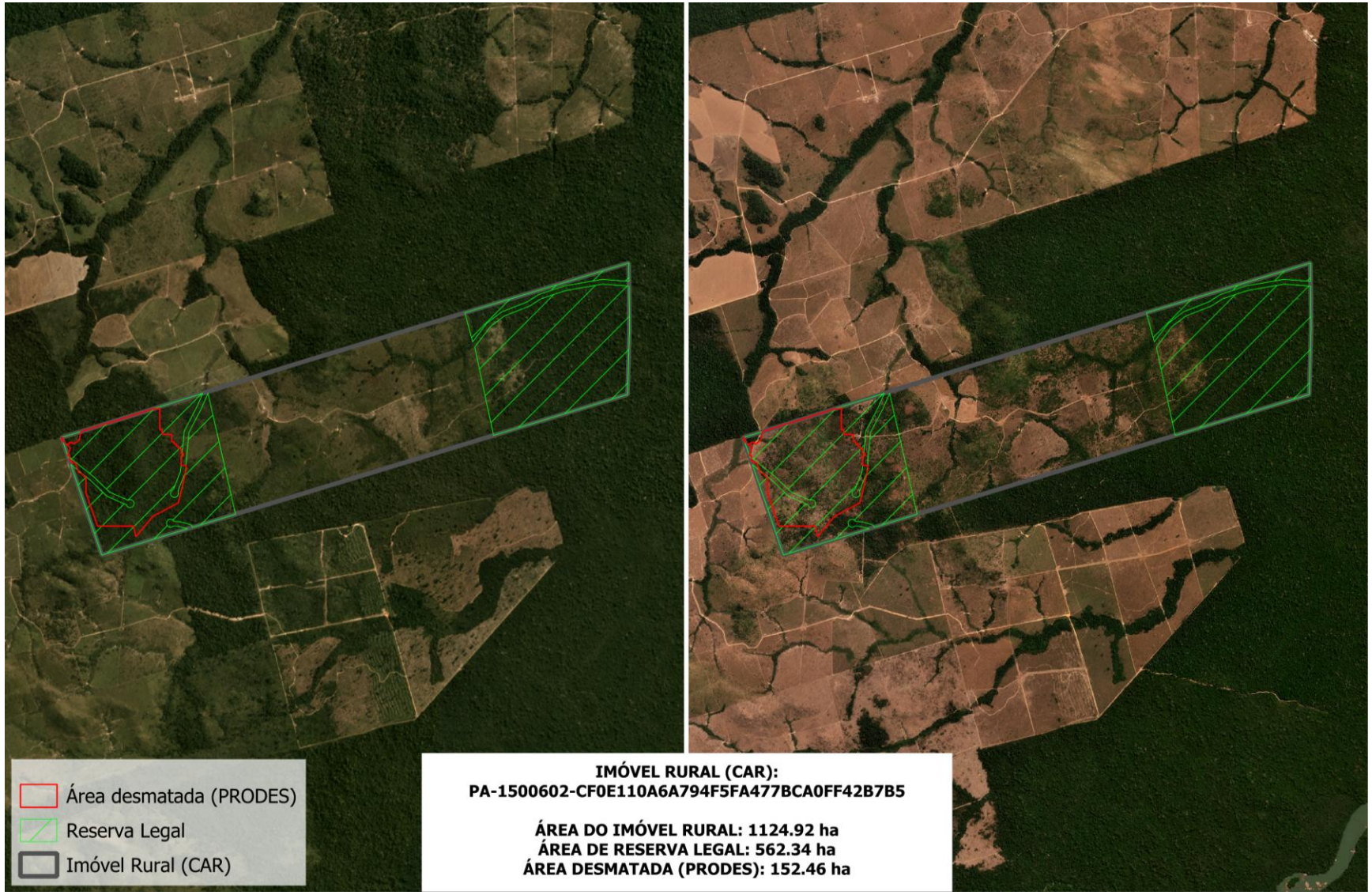
Exemplo – desmatamento ilegal



Exemplo – desmatamento ilegal



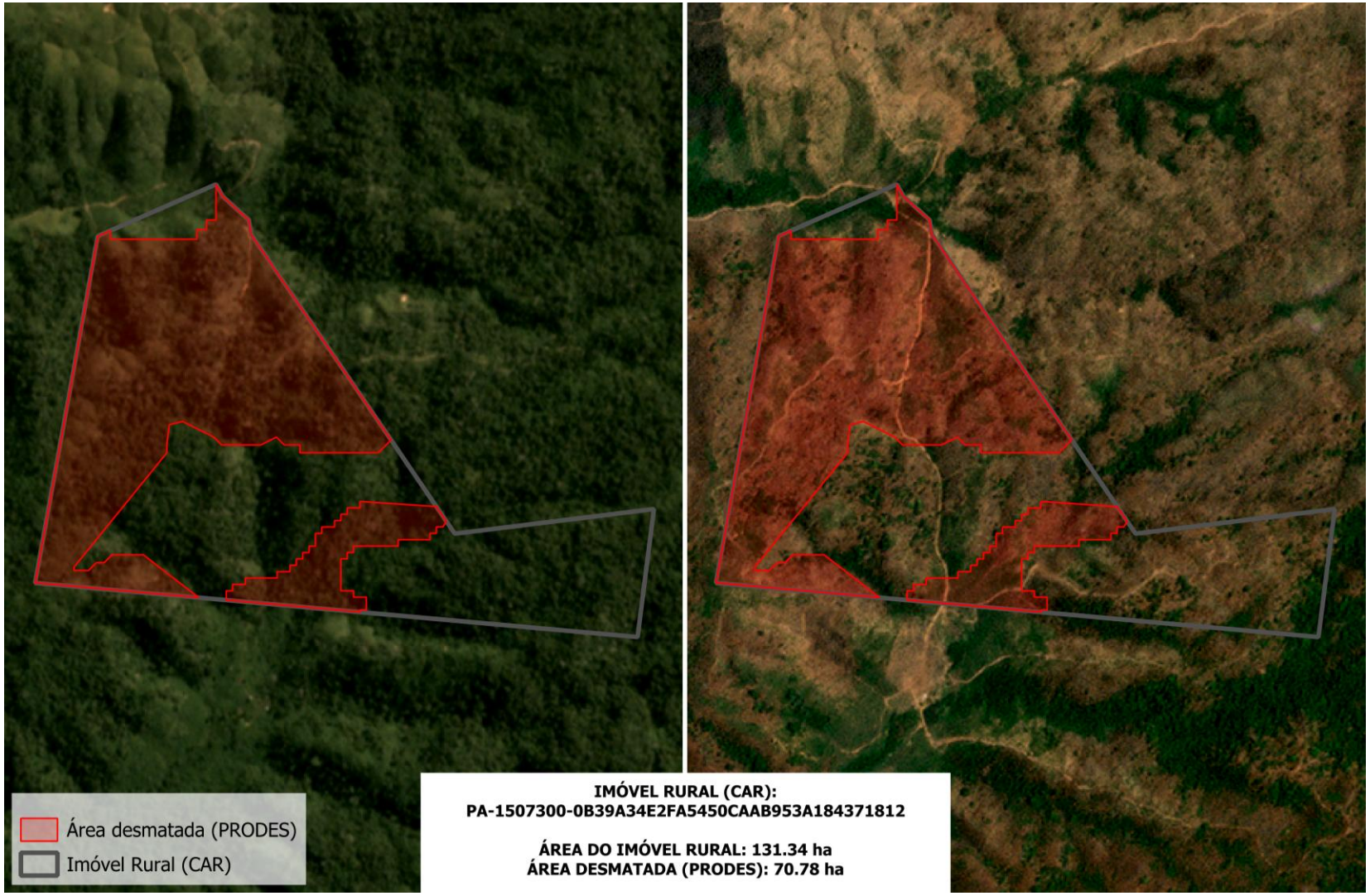
Exemplo – desmatamento ilegal



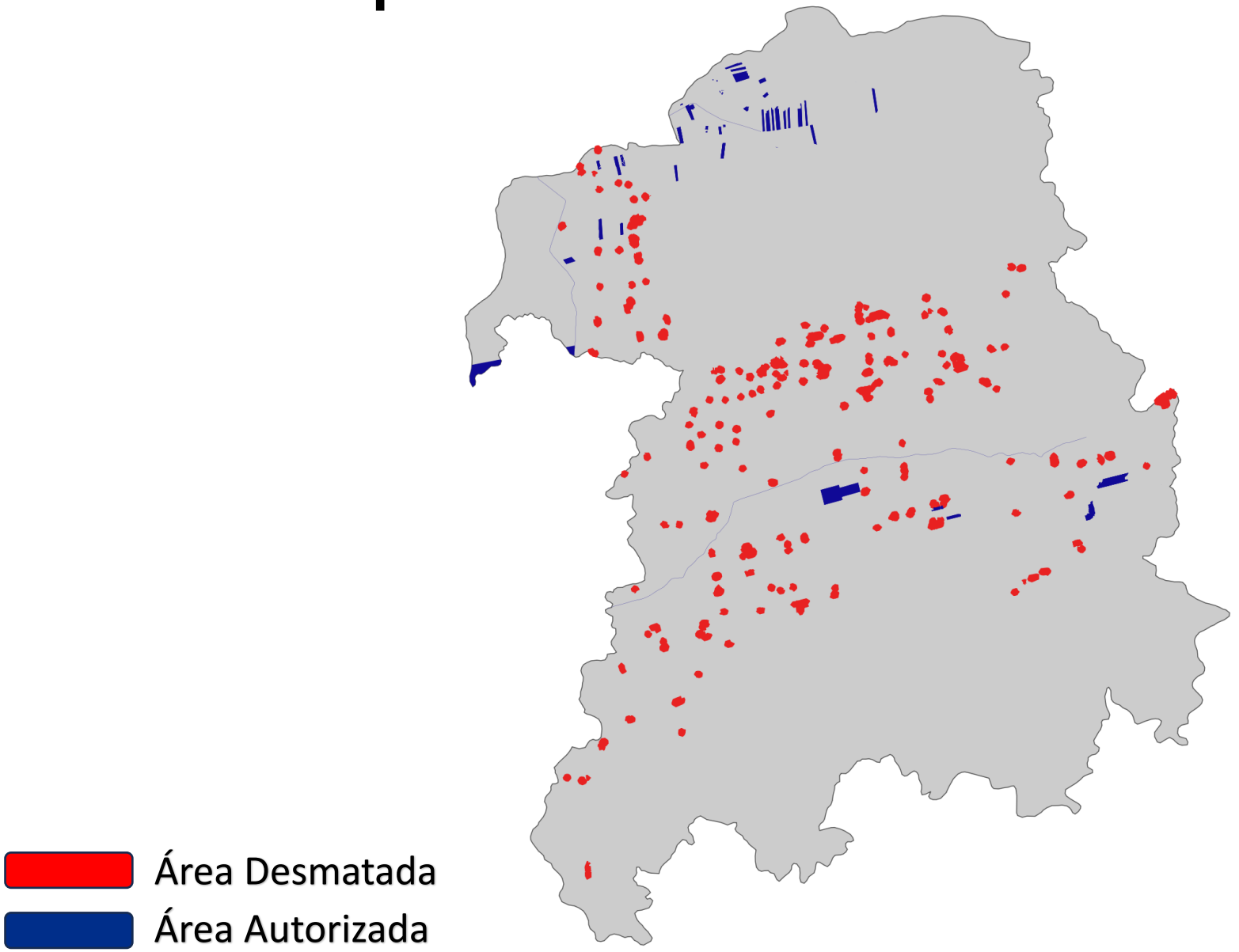
Exemplo – desmatamento ilegal



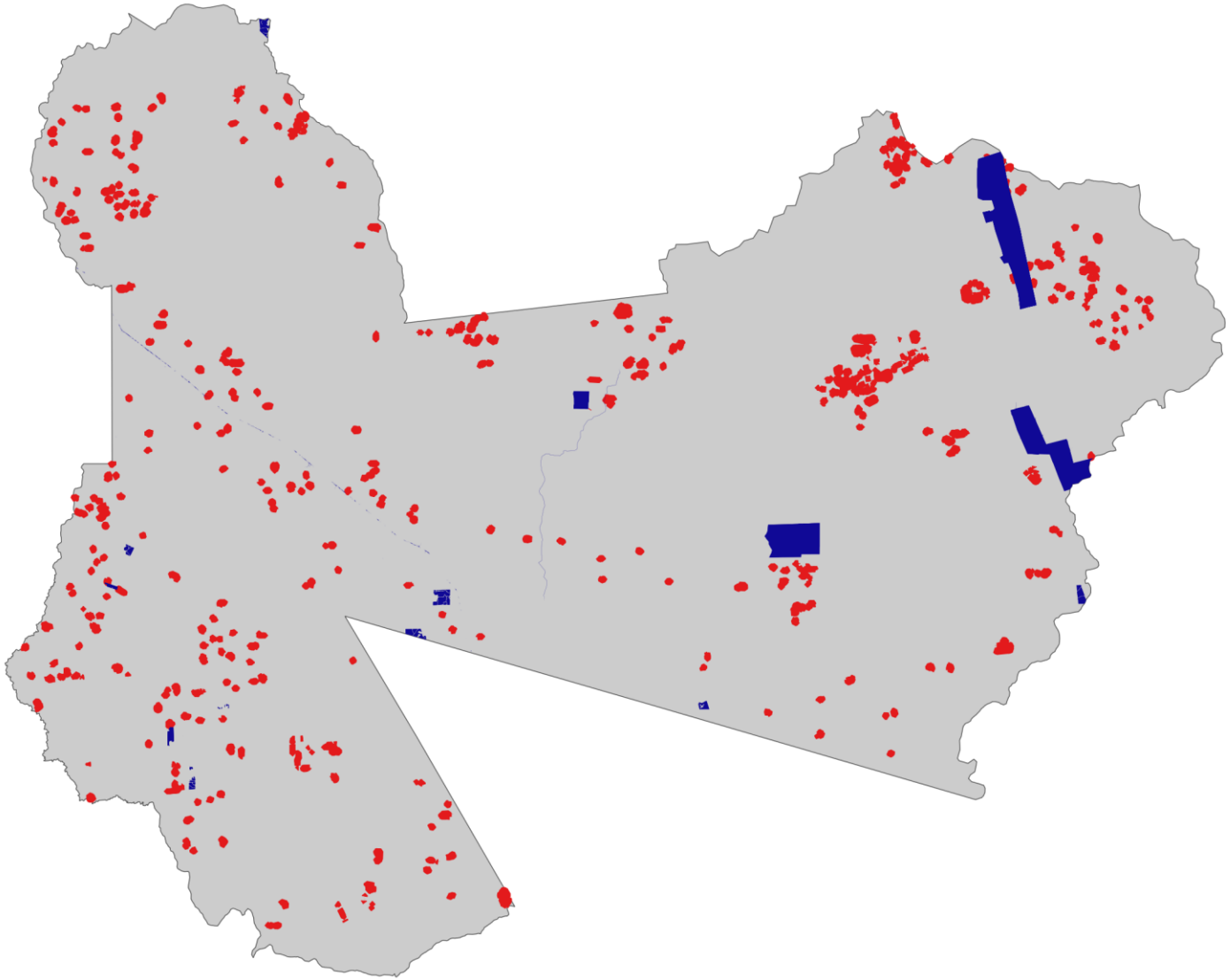
Exemplo – desmatamento ilegal



Exemplo - Áreas autorizadas



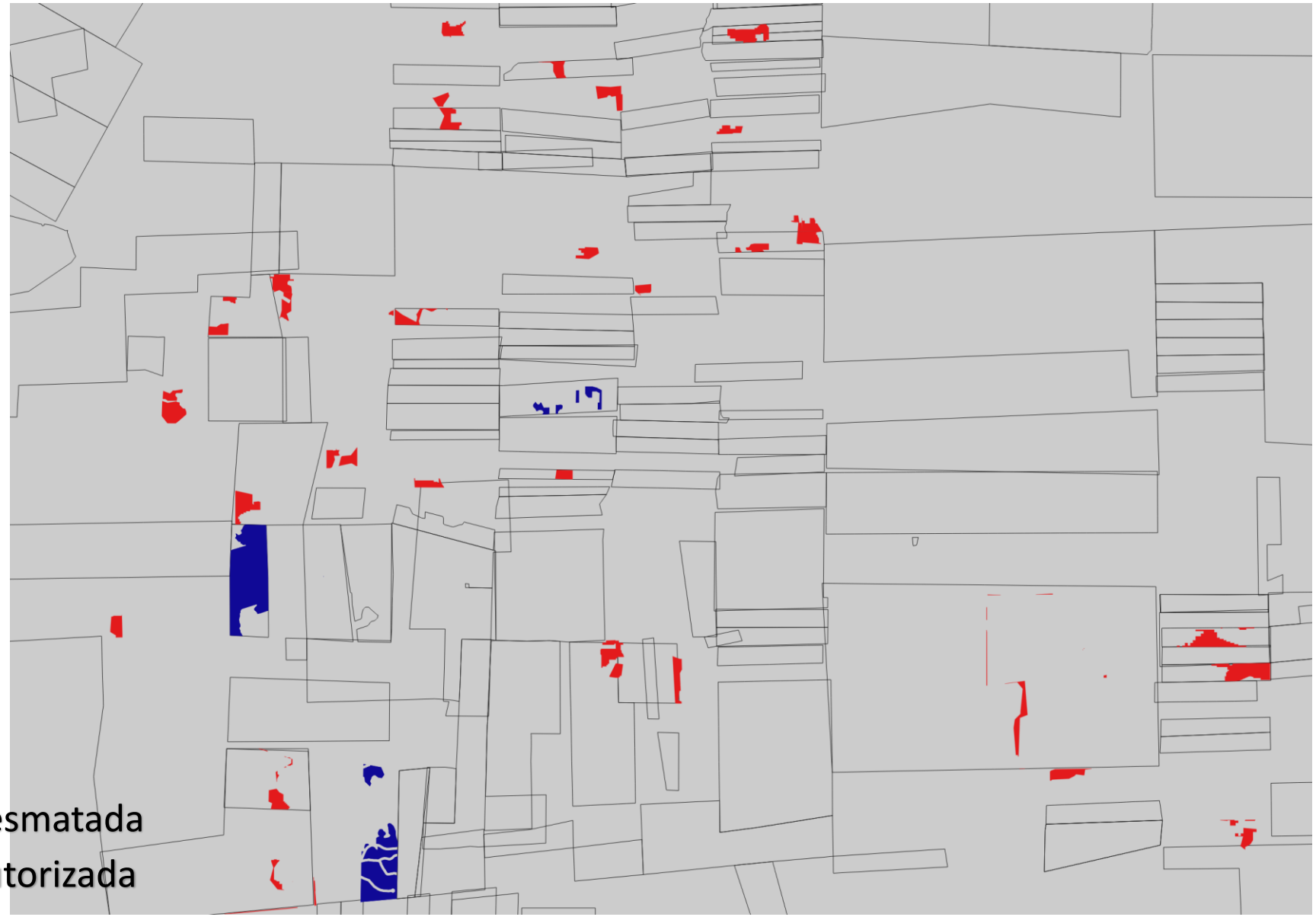
Exemplo - Áreas autorizadas



Área Desmatada

Área Autorizada

Exemplo - Áreas autorizadas



Exemplo – Áreas autorizadas

